

PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DE CABO VERDE-(PAICV)

CONSELHO NACIONAL

REUNIÃO DA COMISSÃO POLÍTICA

Acta Nº3/III/84

Presidente: Cda. Aristides Pereira, Secretário-Geral

Data: 17/2/84

Horas: 09H00

Presentes

Ausentes

Cdas:

Cdas:

Pedro Pires

Oswaldo L.da Silva

Abílio Duarte

Júlio de Carvalho

Olívio Pires

José Araújo

Silvino da Luz

Honório Fortes

Ordem do Dia

1. - Leitura e aprovação da acta da reunião anterior
2. - Discussão do programa de acção dos Departamentos do CN
3. - Designação do Embaixador em Lisboa
- 4 - Relações dos Departamentos de Relações Exteriores e de Emigração do CN com o M.N.E..
5. - "A libertação dos presos políticos de Stº Antão"

1 - Foi lida e aprovada a acta da reunião anterior

2 - Discussão do programa de acção dos departamentos do CN

O Cda. Joaquim Pedro Silva fez a apresentação do programa dos departamentos de Administração Pública e Justiça e o de Organismos do Poder de participação popular. Disse que pensa

.../...

apoiar num grupo de colaboradores cuja proposta oportunamente será apresentada. Pretende realizar um encontro com os responsáveis pelo departamento dos Organismos de Poder de Participação Popular. Quanto à Justiça é possível estabelecer um programa de acção em que o Partido é chamado a dar a sua participação em particular no domínio dos tribunais populares.

O Cda. Olívio Pires disse que não se teve em consideração a questão do desdobramento das decisões do II Congresso, com vista ao seu desenvolvimento para que o CN aprova o programa. No que diz respeito ao departamento da Administração Pública e Justiça está de acordo que de imediato se dê atenção prioritária aos tribunais populares, mas é preciso penetrar politicamente na Justiça, para que a chamada independência do juiz não se transforma na da justiça. Há algo que está ausente no programa que é a questão de Administração Pública.

O Cda. Pedro Pires disse que o documento do Cda. Joaquim Pedro Silva é para o ano de 1984. Acrescentou que se deve dar atenção aos órgãos de base evitando o seu retrocesso mas sem ignorar os outros componentes para a democratização da Justiça. Há um aspecto que não se pode ignorar que é o problema do acesso à Justiça. Deve-se procurar saber se o esquema actual serve ou não. O sistema jamais será democrático se as pessoas tiveram dificuldades em lá chegar.

O Cda. Joaquim Pedro Silva disse que ia tomar em devida conta as observações feitas. Quanto à justiça é sua intenção consertar com o Ministro, conhecer o seu programa para que se saiba qual a melhor orientação a seguir. Sobre a questão da Reforma Administrativa já tem um programa geral. Pensa dar uma outra forma ao documento.

O Cda. Abílio Duarte fez a apresentação dos programas dos dois departamentos que lhe são affectos. Foi consenso que os Conselhos Militares e o Congresso Geral do Povo Líbio não devem figurar na lista das organizações políticas com que vamos desenvolver as nossas relações partidárias. Entretanto de ve-se adicionar à lista os seguintes partidos no poder:

Partido do Trabalho da Holanda

Partido Socialista Obrero Espanhol e os Partidos no poder na Aúustria, Finlândia, Noruega, Dinamarca e ainda o Partido Comunista da Tchecoslováquia.

O Cda. Pedro Pires apresentou o programa de acção do departamento para as Organizações de Massas e outras Organizações Sociais esclarecendo que foi elaborado na perspectiva de um programa anual de acordo com a solicitação feita pelo Secretário que atende os Assuntos Gerais.

O Cda. Olívio Pires apresentou os programas dos departamentos de Organização e sobre o trabalho político e parti-dário nas FARP e FSOP. Acrescentando que do ponto de vista da actividade interna do Partido a componente ideológica será apresentada pelo Cda. José Araújo. Mais disse que a atenção fundamental estará virada para a estruturação e melhoria do funcionamento das bases. Prevê-se a realização de um encontro de quadros para aprovação de esse documento que está sendo e-laborado à intenção de melhorar o trabalho dos grupos. No to-cante aos quadros pretende-se completar e aperfeiçoar o fichei-ro e dar atenção à formação, isto é, emitindo opinião sobre os quadros que estarão sujeitos à formação até o próximo Con-gresso. Fica a questão da nomenclatura.

Ainda não se definiu claramente o papel do Partido em relação aos quadros do Estado, a diversos níveis.

Quanto ao trabalho político nas FARP e FSOP pensa-se fazer uma reunião de balanço e dar atenção a formação política e técnica dos quadros. Por outro lado os regulamentos devem ser adaptados e aprovados pelo Órgão competente.

O Cda. Pedro Pires disse que ^{/se} insistiu muito sobre o problema dos quadros e talvez se deva pensar em fazer cursos de certa duração para os dirigentes. A questão que se levanta é se temos necessidade de melhorar a nossa capacidade de direção que passa pela melhoria da formação.

O Cda. Olívio Pires disse que se pode situar o problema a dois níveis. Há Cdas do Conselho Nacional que precisam de certa formação. A nível da Comissão Política também se poderá pensar na formação. Há partidos que enviam dirigentes desse nível para frequentar cursos de certa duração em domínios concretos. Uma outra hipótese seria a de trazer especialistas para proferirem palestras com base num programa previamente estabelecido.

O Cda. Abílio Duarte disse que o problema de superação a determinado nível exige tempo disponível e certas características. É preciso encontrar a modalidade. Pessoalmente não é a favor que se envie um determinado número de dirigentes ao exterior para frequentar cursos, porque diminui a autoridade. No entanto, internamente, com a Escola do Partido, é possível levar essa iniciativa avante, e para tal o dirigente terá que dispor do número de Staff.

O Cda. Pedro Pires retomando a palavra disse que pre-

tendeu apenas levantar essa preocupação. E para ser tida em devida consideração, seria objecto de uma planificação e a realização dentro do país. Para uma melhoria dos conhecimentos terá de ser algo organizado. Só a leitura não é suficiente. Por exemplo, acrescentou, fala-se de investigação sociológica, que tem os seus resultados e para que se possa estar em condições de introduzir correctivos na nossa política, exige-se que se conhece melhor a nossa sociedade.

O Cda. Secretário Geral concluindo disse que essa questão de superação é muito importante. Hoje em dia há correntes novas e temos de acompanhar as mudanças que estão verificando no mún-do. Não basta a mudança interna. O fundamental é que se encontre as vias para que se faça a superação. Aprova-se em linhas gerais os documentos apresentados pelos departamentos. No entanto, deve-se proceder ao seu tratamento com vista a elaboração dum programa único de materialização das decisões do II Congresso, a ser apresentado ao Conselho Nacional.

3 - Designação do Embaixador em Lisboa

O Cda. Pedro Pires disse que ainda não há ninguém indigitado para o cargo de Embaixador em Lisboa. Há a ideia do Cda. Aguinaldo Lisboa Ramos, mas há a questão do Secretário de Esta-do que não está ainda resolvido.

O Cda. Silvino da Luz disse que a questão de Lisboa exige uma solução urgente, pois, o Cda. Corsino Tolentino terá que vir brevemente. Há a imagem que se criou e é preciso escolher uma personalidade política reconhecida.

Conclusão: deve-se apresentar uma lista de possíveis candidatos ao cargo de Embaixador em Lisboa visando ser tomada

uma decisão, na próxima reunião.

4 - Relações dos Departamentos das Relações Exteriores e da Emigração do Cn com o M.N.E.

O Cda. Abílio Duarte disse que pediu a inscrição desse ponto porque parece-lhe estar em causa questões de princípio. Houve uma troca de notas entre ele e o Cda, Silvino da Luz que é segunda decidiu parar, pois, as funções dos dois no Partido e nos Negócios Estrangeiros não se compadecem com situações idênticas. A coisa começou da seguinte maneira.

Dirigiu um pedido ao Cda. Silvino da Luz. A primeira resposta não lhe pareceu a mais correcta e a segunda pior ainda. Acrescentou que as suas relações com o Cda. Silvino são as melhores e não há razões para a tal tomada de posição. O problema pode ser situada no âmbito pessoal e institucional. Praticamente não houve resposta ao pedido feito. Tendo em conta as funções que lhe foram confiadas pelo Partido como Secretário para os departamentos das Relações Exteriores e Emigração, acha-se no direito de ter solicitado tais informações. Para colmatar a lacuna trouxe o problema para análise e não com outro fim.

O Cda. Silvino da Luz disse que houve mal entendido desde o início. No Ministério há a máxima de abertura e há inclusivamente um Cda que foi designado para assegurar as ligações com o departamento das Relações Exteriores do CN. O pedido feito pelo Cda. Abílio Duarte foi em relação a possíveis decisões que tivessem sido tomadas na reunião com os Embaixadores, mas da reunião não saiu nenhum documento. Pensa-se extrair das cassetes alguns dados mais tarde. Mais disse o Cda

Silvino da Luz que a redacção da sua nota foi normal. Embora alguém tivesse chamado atenção que podia ser mal entendida. Por isso um encontro fortuito no decorrer da Sessão da ANP falou com o Cda. Abílio Duarte. Tal foi o seu espanto quando recebeu a agenda da nota cujo conteúdo classificou de nada satisfatório.

O Cda. Abílio retomando a palavra disse que não se podia inverter as coisas. Se o Staff do Cda. Silvino encontrou a resposta dura o que obrigou-o a deslocar à Assembleia para falar-lhe, talvez tivesse a intenção de esclarecer certas questões que não chegou a fazer. Nessa altura ele não tinha visto a nota e mais tarde, quando a viu teve de responder e esclarecendo a questão.

O Cda. Pedro Pires disse como método de relacionamento os despachos podem ser perigosos. Se as pessoas não querem tratar as questões directamente pelo telefone ou contacto pessoal então escrevem. Não é correcto utilizar como método o sistema de despachos porque intervém uma terceira pessoa e há o perigo das coisas passarem para os departamentos em vez de ser entre pessoas. Ao dar-se a resposta a nota deve-se cingir à pergunta porque senão pode dar origem a outra nota. De facto havia a necessidade de uma nota mais clara ou então através do telefone resolvia-se o problema.

O Cda. Olívio Pires disse que entre membros de um mesmo órgão as coisas devem ser resolvidas directamente. Não devemos dar a imagem que há atritos porque isso diminui a nossa autoridade. A nossa gente aproveita dessas situações para tirar conclusões erradas. Por isso, é preciso explorar o con

tacto directo. Quando se diz por exemplo que tal coisa é para o consumo interno suscita especulação. O departamento podia pedir informações das reuniões na parte que interessar as Relações Exteriores. O Secretário pode pedir informações mais amplas. A última resposta do Cda. Silvino não devia ter lugar.

O Cda. Secretário Geral concluindo disse que essa questão do relacionamento a esse nível deve ser visto. Os despachos devem ser dados para os subordinados cumprirem, O que deve prevalecer no relacionamento deve ser o espírito aberto e nunca responder com despachos quando consideramos que houve algo que não esteve correcto. Situações idênticas provocam erosão e servem de má imagem para aqueles que estiverem directa ou indirectamente nisso. Deve-se evitar a linguagem que pode ferir a susceptibilidade dos outros. Quando se diz que tal coisa é de somemos importância, já ofende. Deve haver a máxima de abertura e confiança mútua. Deixar arrastar esse tipo de mau relacionamento põe em causa a nossa autoridade a imagem e solidez da equipa que dirige o país. Para aguentar esse regime é preciso confiança e consciência da responsabilidade que temos individualmente e colegialmente.

A reunião foi encerrada pelas 14 horas

Elaborrada por

O Secretário-Geral

/ARMINDO CRUZ/

/ARISTIDES PEREIRA/